

Concessionária Linha Universidade S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração Contexto Operacional

A Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Uni”; “Companhia”; “Concessionária” ou “Linha 6”), nos termos do Estatuto Social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo – SP. Seu objeto social exclusivo é a prestação de serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô Linha 6–Laranja na cidade de São Paulo – SP.

O contrato de concessão prevê a PPP – Parceria Público Privada com o estado de São Paulo, e o projeto de concessão tem o prazo inicial de vinte e quatro anos (24), divididos entre a fase de construção prevista para cinco anos (5) e a fase operação de mais dezenove anos (19).

O edital de concessão divide o projeto três fases distintas:

Fase I - Execução da infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente, sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares. Aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a operação da LINHA 6;

Fase II - Operação dos serviços públicos de transporte de passageiros nas estações LINHA 6, no trecho Brasilândia – São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos operação, manutenção da linha, e funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros, da validação de créditos de viagem, incluindo segurança operacional, pessoal e patrimonial compatíveis com a demanda.

Fase III – Expansão da Linha com a construção de novas estações, condicionada à superveniência de decisão motivada do Poder Concedente, contemplando a operação e a manutenção, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante.

O projeto encontra-se na Fase I conforme descrito acima com a execução de infraestrutura e as demais atividades para construção do metrô. A concessionária contratou a Acciona Construtora através do contrato EPC para executar o projeto e a obra. Durante as escavações dos túneis, foram encontradas falhas de geotecnologia no solo que demandaram soluções de engenharia e foram desafios ao projeto. Com base no acompanhamento da obra e os estudos apresentados o PCE – Poder Concedente reconheceu o impacto no cronograma da data de entrega prevista para o início da operação, gerando atraso de três anos (até 6 de outubro de 2028) no calendário de obras.

A construtora, Acciona Construcción, no intuito de reduzir esse impacto, apresentou estudos de um novo calendário de obras acelerado para reduzir o impacto para dois anos, e trazendo como objetivo a mudança da inauguração parcial em duas etapas: 1ª Entrega de 8 estações até outubro de 2026; 2ª entrega total do projeto em outubro de 2027. Em 24 de abril de 2024 a Concessionária solicitou ao Governo do Estado de São Paulo o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, conforme os mecanismos contratuais, para mitigar os impactos incorridos e os custos adicionais que possam vir por consequência das obras e desse atraso de início de operação e dos custos de aceleração. Reconhecendo os impactos Geotecnológicos o Poder Concedente aprovou a solução apresentada, o novo cronograma e as entregas parciais em duas etapas

Em 2025, o Poder Concedente avançou nas tratativas administrativas e de formalização, aprovando oficialmente o novo calendário além da avaliação do desequilíbrio e do reequilíbrio, tratados no Termo Aditivo nº 5 já em fase final de tramitação.

Em outra ação importante para o projeto foi tratada junto ao Poder Concedente a autorização para que a Concessionária efetue os estudos para expansão da Linha 6, previstos na Fase III, com 6 novas estações, formalizada através do Termo Aditivo nº3 em julho de 2025. Ele prevê o reembolso dos custos dos estudos e a equipe da Companhia está analisando a viabilidade, e as condições econômicas necessárias na hipótese de o Poder Concedente decidir avançar na expansão.

Adicionalmente em 30 de dezembro de 2025 foi assinado o Termo Aditivo nº4 que efetiva a contratando da Concessionária para a realização de obras necessárias para simultaneamente poder construir essa expansão sem impactar nos trabalhos da Fase III.

Financiamento do Projeto

- ✓ O contrato de concessão prevê o recebimento de aportes de recursos do Poder Concedente atrelados ao avanço das obras. Durante 2025 aportaram R\$ 1,5 bilhões, que totalizaram R\$ 5,9 bilhões no período 2020-2025.
- ✓ A Companhia tem subscrito capital por valor de R\$ 2,96 bilhões divididos em ações ordinárias e preferências (vide Nota 15). Durante o ano de 2025 os sócios integralizaram parcelas de capital no valor total de R\$ 1,3 bilhões, totalizando um valor acumulado de R\$ 2,7 bilhões no período de 2020 a 2025.
- ✓ Durante 2025 os sócios emitiram nova classe de ações e utilizaram o valor de R\$ 1,2 bilhões contido nas reservas de lucros acumulados, onde foram convertidos já em dezembro o valor de R\$ 1 Milhão em capital social, enquanto que o saldo residual foi aplicado em reservas de capital.

- ✓ Emissão de debentures em outubro 2021 no valor total de R\$ 950 milhões reais. Foram quitadas integralmente em outubro 2025.
- ✓ Empréstimo de longo prazo junto ao BNDES– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social assinado em dezembro de 2021, no valor total de R\$ 6,9 bilhões. disponibilizados conforme solicitação junto a entidade para suprir a necessidade de fluxo de caixa do projeto, na aplicação em construção das infraestruturas, em aquisição de material rodante, na aplicação de sistemas e projetos de sustentabilidade ESG previamente credenciados. Esse empréstimo está dividido em quatro sub-créditos dos tipos A, B, C, D; com carência para o início dos pagamentos a partir de março 2026 e os pagamentos previstos em 199 parcelas com vencimentos mensais até setembro 2042. Até dezembro de 2025 já foram desembolsados R\$ 6 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão em 2025.
- ✓ Emissão de debentures de infraestrutura em outubro de 2023, no valor de R\$ 500 milhões, disponível para todos os investimentos do projeto. A emissão possui prazo de carência com o início de pagamentos de serviço da dívida até março 2026 e o pagamento será em 28 parcelas com vencimentos semestrais até setembro 2039.

Políticas de sustentabilidade

O programa Estação Sustentar foi criado a partir das metas de sustentabilidade associadas ao financiamento do projeto da Linha 6 junto ao BNDES e os debenturistas de infraestrutura. Tem como objetivo gerar impacto social positivo e transformar a vida das pessoas que habitam as comunidades localizadas no entorno da futura Linha. O programa busca gerar oportunidades por meio da promoção de cursos de formação voltados à educação de qualidade, ao incentivo à inovação, estímulo à equidade de gênero e fomento de atividades sustentáveis como a mobilidade elétrica.

O departamento de Sustentabilidade da Companhia é responsável pela gestão e a correta execução do Programa Estação Sustentar, divididas em quatro pilares:

1. **Empoderamento de Mulheres:** O objetivo do projeto a partir deste pilar é aumentar o percentual de mulheres atuando tanto na construtora contratada ACCIONA, quanto na Concessionária Linha Uni. Meta está alcançada por meio de ações que promovem a equidade, diversidade e inclusão.
2. **Formação Profissional:** No intuito de promover o desenvolvimento profissional e a qualificação para o mercado de trabalho, Estação Sustentar oferece cursos profissionalizantes gratuitos em instituições de ensino reconhecidas para as pessoas que habitam nas comunidades do entorno do projeto.

3. **Inovação**: Incentiva o crescimento do ecossistema de startups por meio do Programa de Inovação Aberta da Linha Uni (UNION). A promoção do empreendedorismo local tem dois propósitos:
 - a-) criação de soluções inovadoras aplicáveis ao próprio projeto;
 - b-) Apoio a iniciativas que contribuam para objetivos ligados à sustentabilidade local.
4. **Mobilidade Elétrica**: O objetivo é incentivar a descarbonização e promover a prosperidade econômica, gerar postos de trabalho por meio da mobilidade urbana com veículos 100% elétricos, integrando os diversos modais de transporte da cidade de São Paulo.

Associado à geração de impacto social, o Estação Sustentar também contempla ações para alinhamento do investimento em ativos (CAPEX-Capital Expenditure) com a Taxonomia Europeia, conforme Regulamento UE 2020/852.

A Concessionária e a construtora ACCIONA gerenciam as atividades de construção e futura operação de forma a garantir a mitigação de impactos socioambientais e de mudanças climáticas. Nossas ações permitem a revalorização dos resíduos gerados na obra, redução do consumo de água, gestão de riscos climáticos, socioambientais e hídricos, bem como o desenvolvimento de políticas de diversidade e inclusão. O projeto da Linha 6, além de transformar a mobilidade urbana da cidade de São Paulo, contribui para uma transição rumo a uma economia sustentável e de baixo carbono.

O financiamento Sênior da Companhia estabelece uma série de metas – KPIs, cujo atingimento gera descontos nos custos financeiros: até 10 pbs (pontos básicos) por ano no custo das fianças bancárias apresentadas ao BNDES e até 10 pbs (pontos básicos) no cupom das debentures de infraestrutura. Adicionalmente, o projeto está financiado com o sub-credito D do empréstimo BNDES. Importante salientar que a companhia tem alcançado e atendido até o momento, todas as metas definidas para todos os anos, garantindo os descontos no financiamento.

A seguir um sumário das metas de sustentabilidade do projeto da Linha 6, e os resultados obtidos no período de 2022 a 2025.

SPTs e Resultados Acumulados

KPIs		2022		2023		2024		2025	
		SPTs	Resultados	SPTs	Resultados	SPTs	Resultados	SPTs	Resultados Atuais (ref. Dez/25)
	Taxonomia UE % CAPEX alinhado a EU Taxonomy Regulation	>95%	100%	>95%	100%	>95%	100%	> 95% 	100%
	Formação Profissional Número de horas de treinamento realizadas e certificadas	55.000	61.420	85.000	100.104	110.000	135.840	120.000 	166.468
	Empoderamento de Mulheres % Mulheres trabalhando no projeto da Linha 6-Laranja (Linha Uni e ACCIONA)	11%	11,3%	12%	14,83	14%	17,56%	15% 	16,90%
	Mobilidade Elétrica Número de postos de trabalho criados dentro da comunidade local relacionados com iniciativas de mobilidade elétrica	10	10	30	38	60	108	100 	115
	Inovação NR de startups com contratos assinados para realizar projetos pilotos com a Linha Uni	-	1	6	7	 12		15 	17

 Considerando o Sustainability-Linked Financing Framework, não há SPT no ano de 2024 para o KPI de Inovação. Para antecipar o atendimento do SPT de 2025 (09 startups), foi realizado o UniOn 02 considerando a realização de projetos pilotos para a resolução de desafios com 05 diferentes startups.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e acionistas da
Concessionária Linha Universidade S.A.**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Linha Universidade S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Linha Universidade S.A. (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Fase I de implantação das estações, terminais e sistemas metroviários

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 1, que menciona que o contrato de concessão encontra-se na fase I de construção da infraestrutura de concessão: estações, terminais e sistemas metroviários. A Companhia conta com recursos provenientes da emissão de debêntures, financiamento e aportes de acionistas e do poder concedente para conclusão dessa fase. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 4.1 e 11 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu R\$ 12.875.887 mil de ativos financeiros de concessão em razão do direito contratual incondicional de receber caixa pelos serviços de construção e operação da linha 6 do metro de São Paulo. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia reconhece os gastos com a construção da infraestrutura como um ativo financeiro, uma vez que possui o direito contratual incondicional de receber caixa pelo serviço de construção, e reconhece os demais gastos, que não representam potencial de geração de receita adicional com a infraestrutura, como despesas quando incorridos. A administração da Companhia exerceu julgamento para determinar quais são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que não representam potencial de geração de receita adicional e são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como o efeito da atualização financeira sobre o ativo. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves do processo de análise e alocação dos gastos com a infraestrutura entre ativo financeiro e despesas; – Testes documentais, em base amostral, das adições de infraestrutura, incluindo: (i) a inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa; e (ii) inspeção, junto com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras. – Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com construção e demais gastos com a infraestrutura considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. – Envolvimento de especialistas para revisão técnica do cálculo da taxa de retorno sobre concessão base para a atualização do ativo financeiro. – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores de gastos com serviços de construção da infraestrutura de concessão como ativo financeiro, sua atualização financeira, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Fernando Luis Roscini
Contador CRC 1SP319013/O-5

Concessionária Linha Universidade S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	48.329	328.002
Contas a receber	8	431.121	17.682
Impostos a recuperar	10	14.312	19.132
Outros ativos		16.022	4.711
Adiantamentos a fornecedores	9	275	1.664
Ativo financeiro de concessão	11	2.602.987	-
Total		3.113.046	371.191
Não circulante			
Deposito em garantia	9	256	237
Ativo financeiro de concessão	11	10.272.900	9.880.987
Imobilizado		5.856	5.798
Intangível		1.802	1.802
Direito de uso		316	1.070
Total		10.281.130	9.889.894
Total do ativo		13.394.176	10.261.085

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Financiamentos	13.1	815.723	-
Debêntures	13.2	70.795	27.514
Obrigações contratuais	13.3	-	41.952
Provisão - partes relacionadas	14	574.094	120.208
Fornecedores terceiros		100.376	19.812
Fornecedores - partes relacionadas	14	10.419	7.993
Outros valores a pagar		18.930	9.218
Total		1.590.338	226.697
Não circulante			
Financiamentos	13.1	6.749.949	5.834.123
Debêntures	13.2	503.513	1.434.201
IRPJ e CSLL diferidos	12	628.010	459.413
Outros valores a pagar - partes relacionadas	14	48.321	48.321
Outros valores a pagar terceiros		9.139	640
Total		7.938.932	7.776.698
Patrimônio líquido	15		
Capital social		2.647.885	1.365.602
Reserva de Capital		1.156.099	-
Reserva legal		60.923	44.604
Reserva de lucros		-	847.484
Total do patrimônio líquido		3.864.907	2.257.690
Total do passivo e patrimônio líquido		13.394.176	10.261.085

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.
Demonstrações condensadas de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	16	5.139.560	4.501.318
Custos dos Serviços Prestados	16	(3.495.480)	(2.790.239)
Lucro bruto		1.644.080	1.711.079
Despesas operacionais			
Serviços contratados - Terceiros	17	(64.245)	(62.714)
Administrativas, pessoal e tributária	17	(46.138)	(30.748)
Serviços contratados - Partes Relacionadas	17	(22.735)	(17.594)
		(133.118)	(111.056)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.510.962	1.600.023
Receitas financeiras	18	34.425	27.891
Despesas financeiras	18	(1.050.886)	(845.880)
Resultado financeiro líquido		(1.016.461)	(817.989)
Resultado antes das provisões tributárias		494.501	782.034
Impostos sobre lucro			
IRPJ e CSLL Diferidos	12	(168.567)	(265.892)
		(168.567)	(265.892)
Resultado do exercício		325.934	516.142

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro Líquido do exercício		325.934	516.142
Outros resultados Abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		325.934	516.142

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital social Subscrito	Capital a integralizar	Reserva de Capital	Legal	Reserva de Lucros		Total
					Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	
Em 31 dezembro de 2023	1.395.000	(392.080)	0	18.797	357.148	0	1.378.865
Subscrição do capital	1.573.488	(1.573.488)	-	-	-	-	0
Integralização de capital	0	362.682	-	-	-	-	362.682
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	516.142	516.142
Constituição de Reserva Legal	-	-	0	25.807	490.336	(516.142)	0
Em 31 dezembro de 2024	2.968.488	(1.602.886)	0	44.604	847.484	0	2.257.690
Subscrição do capital		0	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	1.281.283	-	-	-	-	1.281.283
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	325.934	325.934
Capitalização de Lucros e Reservas	1.000	0	1.156.100	16.319	(847.484)	(325.934)	0
Em 31 dezembro de 2025	2.969.488	(321.603)	1.156.100	60.923	0	(0)	3.864.908

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	325.934	516.142
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
IRPJ e CSLL diferidos	168.567	265.892
Despesa de pessoal - Provisão de Folha	3.735	3.622
Custos emissão debêntures	905	836
Custos das provisões fornecedores	(1.512)	(3.322)
Provisões de juros de empréstimos	1.050.598	845.483
Receita de ativo financeiro	(1.457.561)	(1.587.495)
Depreciação e Amortização	958	735
(Aumento)/Redução dos ativos ou Aumento/(redução) dos passivos	91.624	41.893
(Aumento)/redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos		
Adiantamentos à fornecedores	1.389	1.804
Outros ativos	(11.330)	(9.328)
Contas a receber	(413.439)	(17.682)
Fornecedores - terceiros	32.447	11.470
Outros valores a pagar - partes relacionadas	-	(33.766)
Impostos a recuperar	4.821	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	(23.744)
Outros valores a pagar	14.476	317
Provisão - partes relacionadas	456.312	8.041
Aportes do Poder Concedente	1.506.322	1.949.268
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO/GERADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.682.622	1.928.273
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ativo financeiro de concessão	(2.994.899)	(2.521.501)
Aquisição de Imobilizado	(119)	(78)
Aquisição de Intangível	-	(18)
Direito de uso	754	348
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(2.994.264)	(2.521.249)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação do financiamento BNDES	1.000.000	720.000
Custo de desembolso pelo financiamento BNDES	-	(14.198)
Custo das garantias financiamento do BNDES	(125.253)	(79.397)
Pagamento / liquidação debentures	(950.000)	-
Juros pagos de debêntures	(131.283)	(131.283)
Integralização de capital	1.281.283	362.682
Pagamento Obrigações contratuais - Move	(8.000)	-
Pagamento Obrig. contratual. Partes Relac Move	(33.952)	-
Pagamento dívidas do contrato de cessão - Juros	(826)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	1.031.969	857.804
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(279.673)	264.828
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	328.002	63.174
No fim do exercício	48.329	328.002
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(279.673)	264.828

As notas explicativas parte integrante das demonstrações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Uni”; “Companhia”; “Concessionária” ou “Linha 6”), nos termos do Estatuto Social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo – SP. Seu objeto social exclusivo é a prestação de serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô Linha 6–Laranja na cidade de São Paulo – SP.

O contrato de concessão prevê a PPP – Parceria Público Privada com o estado de São Paulo, e o projeto de concessão tem o prazo inicial de vinte e quatro anos (24), divididos entre a fase de construção prevista para cinco anos (5) e a fase operação de mais dezenove anos (19).

O edital de concessão divide o projeto três fases distintas:

Fase I - Execução da infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente, sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares. Aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a operação da LINHA 6;

Fase II - Operação dos serviços públicos de transporte de passageiros nas estações LINHA 6, no trecho Brasilândia – São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos operação, manutenção da linha, e funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros, da validação de créditos de viagem, incluindo segurança operacional, pessoal e patrimonial compatíveis com a demanda.

Fase III – Expansão da Linha com a construção de novas estações, condicionada à superveniência de decisão motivada do Poder Concedente, contemplando a operação e a manutenção, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante.

O projeto encontra-se na Fase I conforme descrito acima com a execução de infraestrutura e as demais atividades para construção do metrô. A concessionária contratou a Acciona Construtora através do contrato EPC para executar o projeto e a obra. Durante as escavações dos túneis, foram encontradas falhas de geotecnologia que demandaram soluções de engenharia. Com base no acompanhamento da obra e os estudos apresentados o PCE – Poder Concedente reconheceu o impacto no cronograma da data de entrega prevista para o início da operação, gerando atraso de três anos (até 6 de outubro de 2028) no calendário de obras.

A construtora, no intuito de reduzir esse impacto, apresentou estudos de um novo calendário de obras acelerado para reduzir o impacto para dois anos, e trazendo como objetivo a mudança da inauguração parcial em duas etapas: 1ª Entrega de 8 estações até outubro de 2026; 2ª entrega total do projeto em outubro de 2027. Em 24 de abril de 2024 a Concessionária solicitou ao Governo do Estado de São Paulo o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, conforme os mecanismos contratuais, para mitigar os impactos incorridos e os custos adicionais que possam

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

vir por consequência das obras e desse atraso de início de operação e dos custos de aceleração. Reconhecendo os impactos Geotecnológicos o Poder Concedente aprovou a solução apresenta e novo cronograma e as entregas parciais em duas etapas

Em 2025, o Poder Concedente avançou nas tratativas administrativas e de formalização, aprovando oficialmente o novo calendário além da avaliação do desequilíbrio e do reequilíbrio, tratados no Termo Aditivo nº 5 já em fase final de tramitação.

Em outra ação importante para o projeto foi tratada junto ao Poder Concedente a autorização para que a Concessionária efetue os estudos para expansão da Linha 6, previstos na Fase III, com 6 novas estações, formalizada através do Termo Aditivo nº3 em julho de 2025. Ele prevê o reembolso dos custos dos estudos e a equipe da companhia está analisando a viabilidade, e as condições econômicas necessárias na hipótese de o Poder Concedente decidir avançar na expansão.

Adicionalmente em 30 de dezembro de 2025 foi assinado o Termo Aditivo nº4 que efetiva a contratando da Concessionária para a realização de obras necessárias para simultaneamente poder construir essa expansão sem impactar nos trabalhos da Fase III.

Financiamento do Projeto

- ✓ O contrato de concessão prevê o recebimento de aportes de recursos do Poder Concedente atrelados ao avanço das obras. Durante 2025 aportaram R\$ 1,5 bilhões, que totalizaram R\$ 5,9 bilhões no período 2020-2025.
- ✓ A Companhia tem subscrito capital por valor de R\$ 2,96 bilhões divididos em ações ordinárias e preferências (vide Nota 15). Durante o ano de 2025 os sócios integralizaram parcelas de capital no valor total de R\$ 1,3 bilhões, totalizando um valor acumulado de R\$ 2,7 bilhões no período de 2020 a 2025.
- ✓ Durante 2025 os sócios emitiram nova classe de ações e utilizaram o valor de R\$ 1,2 bilhões contido nas reservas de lucros acumulados, onde foram convertidos já em dezembro o valor de R\$ 1 Milhão em capital social, enquanto o saldo residual foi aplicado em reservas de capital.
- ✓ Emissão de debentures em outubro 2021 no valor total de R\$ 950 milhões reais. Foram quitadas integralmente em outubro 2025.
- ✓ Empréstimo de longo prazo junto ao BNDES– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social assinado em dezembro de 2021, no valor total de R\$ 6,9 bilhões. Disponibilizados conforme solicitação junto a entidade para suprir a necessidade de fluxo

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de caixa do projeto, na aplicação em construção das infraestruturas, em aquisição de material rodante, na aplicação de sistemas e projetos de sustentabilidade ESG previamente credenciados. Esse empréstimo está dividido em quatro sub-créditos dos tipos A, B, C, D; com carência para o início dos pagamentos a partir de março 2026 e os pagamentos previstos em 199 parcelas com vencimentos mensais até setembro 2042. Até dezembro de 2025 já foram desembolsados R\$ 6 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão em 2025.

- ✓ Emissão de debentures de infraestrutura em outubro de 2023, no valor de R\$ 500 milhões, disponível para todos os investimentos do projeto. A emissão possui prazo de carência com o início de pagamentos de serviço da dívida até março 2026 e o pagamento será em 28 parcelas com vencimentos semestrais até setembro 2039.

a. Contrato de concessão patrocinada de serviços públicos de transporte de passageiros

A Companhia assumiu a responsabilidade da prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 - Laranja de metrô de São Paulo que foi cedida pelo Poder Concedente pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e operação, prevendo inicialmente 5 anos para construção e implantação das estações e os 19 anos de operação do sistema. O prazo total da concessão, incluindo o prazo decorrido antes da cessão do contrato à Linha Uni é de 28 anos, 6 meses e 22 dias.

A vigência do contrato de concessão para a Companhia aconteceu com a emissão da Ordem de Serviço em 6 de outubro de 2020, 90 dias depois da assinatura dos Termos Aditivos 01 e 02 em 6 de julho de 2020 e publicado no diário oficial em 08 de julho de 2020, a partir do qual dá-se início a contagem do prazo previsto para início e término do contrato para 5 de Outubro de 2044.

O projeto encontra-se na Fase I execução de infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a adequada operação.

Contrato de construção tipo EPC de implantação das Estações

A concessionária visando a Fase I do projeto de construção e obras de implantação contratou em 2020 à empresa Acciona Construcción, que se tornou responsável em realizar as obras civis da Linha 6-Laranja de metrô de São Paulo com prazo de 5 anos. Em decorrência do novo calendário acelerado de obras aprovado pelo Poder Concedente em outubro de 2025 esse contrato foi prorrogado pelo Aditivo 06 ao EPC com novo prazo até 5 de outubro de 2027

b. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No mês de dezembro de 2025 a Companhia junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores de tributos da Receita Federal do Brasil, obteve novo REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, onde as pessoas jurídicas beneficiárias estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e de serviços para a aplicação exclusiva nas obras de infraestrutura aplicando o benefício de não incidência/suspensão para os impostos federais do PIS - Programa de Integração Social, e da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, com efeito para os período de 01/10/2025 até 31/10/2027 - Ato Declaratório Executivo DRF/SOR Nº 1.720, DE 18 de Dezembro de 2025 publicado no DOU de 19/12/2025.

Esse novo REIDI permitiu prorrogar os efeitos do antigo, com vigência de 6/10/2020 até 5/10/2025, para poder ser aplicado no prazo de obras do novo calendário.

c. Regime Especial Convênio ICMS de Incentivos - ICMS para implantação da Linha 6-Laranja d metrô de São Paulo

A Companhia prorrogou o credenciamento no Regime Especial de ICMS, onde as pessoas jurídicas beneficiárias pelo Convênio ICMS estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação exclusiva nas obras da Linha 6-Laranja deo metrô de São Paulo, sem a incidência ICMS - Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços, parágrafo 5º do artigo 160 do Decreto nº69.274 de 30/12/2024 ampliou o benefício de isenção até 31 de dezembro de 2026 publicado no Diário Oficial do Estado.

2 Resumo das principais políticas contábeis e estimativas críticas

As principais políticas e práticas contábeis e estimativas críticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram as mesmas adotadas na preparação das demonstrações anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus custos amortizados e valor justo quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

A Diretoria da Companhia autorizou em 27 de fevereiro de 2026 a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações assumidas e de pagamentos decorrentes das obrigações. A Companhia, nesse momento do projeto, foca na conclusão da primeira fase – construção, e conta com o contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES em 23 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 6,9 bilhões de reais e as debêntures emitidas, valores dos quais a administração faz a gestão conforme a necessidade do projeto e cronogramas de obra.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, o real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma.

Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras.

2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigentes a partir de 2025 que causaram impactos significativos nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Veja Nota 6)

3 Uso de estimativas e julgamentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados, baseando-se em experiência histórica e expectativas razoáveis.

As revisões são reconhecidas prospectivamente e refletem o gerenciamento de riscos da Companhia. Áreas que requerem maior julgamento e complexidade com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são revisadas continuamente de forma prospectiva.

4 Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração concentra-se na busca por instrumentos de gestão para minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas por seus acionistas.

Risco cambial

Dado que a grande maioria das operações da Companhia são denominadas em reais, atualmente não está exposta significativamente ao risco cambial decorrente de exposições à outras moedas. O risco cambial decorre basicamente dos passivos para aquisição de equipamentos e ferramentas líquidos dos efeitos de variação cambial e contas a receber de mercado externo.

Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia a longo prazo está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente devido às variações do IPCA - Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros porque as receitas futuras são também reajustadas com a inflação, constituindo-se num instrumento natural de mitigação além que considera esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia tem também passivos significativos em que incidem juros substancialmente atrelados a taxas prefixadas. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros de curto prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros com

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

base na simulação de cenários, levando em consideração, principalmente, mudanças das taxas praticadas. As taxas de juros (CDI) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

Referências	Provável 2026	Cenário II 10%	Cenário III 10%
Taxas – CDI (%)	13,70%	15,07%	12,33%
IPCA	4,00%	4,40%	3,60%

			Efeito no resultado 2025		
Ativo financeiro	31/12/2025	Indicador	Provável	Cenário II 10%	Cenário III -10%
Ativo Financeiro	12.875.887	IPCA	-	134	-134
Total	12.875.887		-	134	-134

			Efeito no resultado 2025		
Passivo Financeiro	31/12/2025	Indicador	Provável	Cenário II 10%	Cenário III -10%
Circulante					
Financiamento	815.723	IPCA	-	1.541	-1.544
Debentures	70.795	IPCA	-	-	-
Obrigações Contratuais	0	CDI	-	-	-
Circulante	886.518		-	1.541	-1.544
Financiamento	6.749.949	IPCA	-	1.176	-1.177
Debentures	503.513	IPCA	-	48	-48
Não circulante	7.253.462		-	1.224	-1.226
Total	8.139.980		-	2.766	-2.769

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, traz as disponibilidades de caixa e equivalente de caixa e os riscos referentes aos contratos firmados para os quais a Companhia está exposta a variações o índice contratual, no entanto os valores desses índices não apresentam variações relevantes. Os valores que podem gerar prejuízos são imateriais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está sujeita:

Crédito bancário

No risco de crédito bancário, com base nas sobras de caixa a Administração determina os limites de crédito de aplicação para cada banco, mantendo aplicações financeiras somente nos bancos considerados de primeira linha (rating), de baixíssimo risco, contratando aplicações financeiras em renda fixa compromissadas de curto prazo de máximo 90 dias, remunerando a taxa CDI com percentuais entre 65 e 95%.

Rating de entidades financeiras 2025

Instituição financeira	S&P	Fitch	Moody's
Banco do Brasil S. A	BB	BB	AAA
Banco JP Morgan Brasil S. A	AA+	AA1	Ba1

Rating de entidades financeiras 2024

Instituição financeira	S&P	Fitch	Moody's
Banco do Brasil S. A	BB	BB	Ba1
Banco JP Morgan Brasil S. A	A+	AA	Aa2

Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia. Essa previsão leva em consideração o estudo financeiro para execução da obra, bem como os planos de obtenção de recursos de terceiros para financiar parte da construção.

Os recursos financeiros da Concessionária foram obtidos por meio de aporte de capital dos sócios, aporte do Poder Concedente, da captação de empréstimos bancários, e das futuras receitas da prestação de serviços – contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente e receitas tarifárias – e receitas acessórias de exploração da linha, sendo parte dos recursos destinados para o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados. O potencial excesso de caixa mantido é investido em contas bancárias com incidência de juros e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar sua liquidação. As taxas de juros (CDI) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

PASIVO FINACIERO	Curto prazo	Longo prazo	2026	2027	2028 a 2042
Financiamento	815.723	6.749.949	815.723	449.997	6.299.952
Debentures	70.795	503.513	70.795	33.568	469.945
Total	886.518	7.253.462	886.518	483.564	6.769.898

Em decorrência da etapa atual do projeto (fase I) onde a infraestrutura necessária para operação está sendo construída e desenvolvida, a Companhia conta com recursos oriundos de acionistas, do poder concedente e financiamento junto a instituições bancárias para as operações que, neste momento, trata-se substancialmente do desenvolvimento de obra do projeto do metrô.

A Companhia estruturada no modelo financeiro para garantir o avanço durante a Fase 1 do Contrato de concessão indica as principais movimentações de recursos recebidas e realizadas e o detalhe da sua fonte indicadas abaixo:

- ✓ Financiamento Ponte de Projeto (Debêntures 1ª; 3ª Emissão) - R\$ 1,5 bilhão reais— emitidas 2020 e quitadas em 2022;
- ✓ Financiamento Ponte de Capital (Debêntures 4ª Emissão) - R\$ 950 milhões reais— emitida em 2021 de longo prazo com vencimento a partir de 2026 e quitadas em 2025;
- ✓ Liberação do empréstimo Longo Prazo (BNDES) - R\$ 6,0 bilhões reais – acumulado até 2025;
- ✓ Financiamento de Infraestrutura Longo Prazo (Debêntures 5ª Emissão) - R\$ 500 milhões reais – longo prazo emitida em 2023;
- ✓ Aportes de Recursos pelo Poder Concedente: R\$ 5,9 bilhões reais acumulados até dezembro/2025;
- ✓ Aportes dos sócios R\$ 2,6 bilhões reais acumulados até 2025;

Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia o Conselho de Administração pode propor aos acionistas rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estimativa do valor justo: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Instrumentos financeiros por categoria

Pressupõe-se que os registros dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e as contas a pagar aos fornecedores, outras obrigações assumidas apresentadas pelo seu valor contábil, menos o pressuposto de perdas por impairment, no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Ativos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	48.329
Contas a receber	Custo amortizado	431.121
Outros ativos	Custo amortizado	16.022
Adiantamentos	Custo amortizado	275
Circulante		495.748
Depósitos em garantia	Custo amortizado	256
Não circulante		256
Total ativos financeiros		496.004
Passivos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Financiamentos	Custo amortizado	815.723
Debentures	Custo amortizado	70.795
Fornecedores terceiros	Custo amortizado	100.406
Fornecedores - Partes Relacionadas	Custo amortizado	10.419
Provisão - partes relacionadas	Custo amortizado	574.094
Outros valores a pagar	Custo amortizado	18.930
Circulante		1.590.367
Financiamentos	Custo amortizado	6.749.949
Debentures	Custo amortizado	503.513
Obrigações Contratuais	Custo amortizado	-
Outros contas a pagar - Partes Relacionadas	Custo amortizado	48.321
Outros valores a pagar	Custo amortizado	9.139
Não circulante		7.310.922
Total passivos financeiros		8.901.290

4.1 Ativo Financeiro – Concessão de serviços públicos.

O Contrato de Concessão Patrocinada nº 15/2013, no âmbito da Concorrência Internacional nº 4/2013, Processo STM nº 770/2012, celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária) regulamenta a implantação da Linha 6 e operacionalização de serviços públicos pela Companhia, onde:

- ✓ Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão, a Administração entende que são atendidas todas as condições para a aplicação da interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Concessão a qual fornece as orientações sobre a contabilização de concessões e de serviços públicos a operadores privados de forma a refletir o negócio de prestação de serviços de transporte de passageiros, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizado e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
2. A infraestrutura de construção será recuperada através do seguinte fluxo de caixa:
 - (a) Contraprestação pecuniária;
 - (b) Remuneração tarifária
 - (c) Receitas acessórias
 - (d) Aporte de recursos pelo Poder Concedente.

Importante mencionar que o contrato de concessão prevê a recomposição do reequilíbrio econômico e financeiro do projeto, em sua cláusula 20.7.1.8, para o caso a demanda trimestral contabilizada encontrar-se em patamares entre o mínimo de (60%) ou acima de (140%) para o período comparativamente a demanda projetada.

A Administração da Companhia considera que tendo em conta que o risco da demanda real está coberto pelo poder concedente e que as receitas acessórias representam valores marginais, aplicará tudo ao registro em seu ativo financeiro, não reconhecendo itens como ativo intangível na contabilidade da sociedade.

Em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos: CPC 47 – Receita de contratos com clientes e Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, a Companhia, com base no seu contrato de concessão, atendeu a determinadas características para que os investimentos se qualifiquem para o reconhecimento no ativo financeiro, tais como ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da infraestrutura e; (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício.

4.1.1 Ajuste ao valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Se uma entidade revisa suas estimativas de pagamentos ou recebimentos, ela deve ajustar o valor contábil bruto do ativo financeiro ou o custo amortizado de um passivo financeiro (ou grupo de instrumentos financeiros) para refletir os fluxos de caixa contratuais estimados revisados. A entidade deve recalcular o valor contábil bruto do ativo financeiro ou o custo amortizado do passivo financeiro como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais estimados, que são descontados à taxa de juros efetiva original do instrumento financeiro (ou taxa de juros efetiva ajustada por qualidade creditícia para ativos financeiros comprados ou originados com problemas de crédito). O ajuste é reconhecido no resultado do período como receita ou como despesa.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

5.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos nas contas de Caixa e equivalentes de caixa, incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

5.1.2 Receitas de contratos com clientes

A Concessionária segundo a norma o ICPC 01, presta serviços de exploração de serviços públicos de transporte metroviários, conforme definido no contrato de concessão está na fase I de construção e implantação de sistema para a Linha 6 - Laranja de metrô de São Paulo, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 2020. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 desta nota. As receitas metroviárias, serão reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional será reconhecida pelo método linear durante o período de vigência.

A Concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, reconhece em seus registros o custo de construção em contrapartida dos fornecedores contratados, a receita de construção correspondente como ativo financeiro.

5.1.3 Instrumentos financeiros

A Concessionária adotou inicialmente uma taxa de remuneração esperada para o ativo financeiro, sobre os valores da classificação e da mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado.

O modelo financeiro de negócios da Companhia, projeta a taxa esperada de atualização do ativo financeiro durante o período contratual da concessão dos serviços públicos, onde o ativo financeiro é mantido a fim de receber fluxos de caixas futuros, de acordo com cláusulas contratuais firmadas, datas e previsões que servirá para remunerar os investimentos no projeto.

Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor do custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1.4 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são também mensurados ao valor justo, sendo os ganhos ou as perdas apresentadas na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação.

Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- ✓ **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- ✓ **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- ✓ **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

- (a) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros encontrados e apresentados pelo valor líquido que é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.
- (c) **Perdas por *impairment*:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado perda por desvalorização sobre os ativos financeiros e não financeiros a ser reconhecido.

- (d) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía contrato ou operou com instrumentos derivativos. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (Hedge Accounting).

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

5.2 Ativo financeiro da concessão

Constituição do ativo financeiro: Valores dos contratos de cessão dos direitos e assunção de dívidas e obrigações da concessão, as contratações de serviços especializados no Brasil e no exterior para prestar assessoramento no estudo de modelos e de levantamento de financiamentos para viabilidade do projeto nos assuntos que tange a construção do projeto e nas formalizações legais e contratuais.

Registrado ao custo de aquisição de acordo com o instrumento de cessão de direitos, refere-se ao Projeto de implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo para construção dos terminais e das estações do metrô, o termo aditivo do contrato de concessão, determinado o custeio e ressarcimento de tais estudos no contrato de concessão através do recebimento das receitas tarifárias e demais receitas advindas da operação do sistema.

Concessão: Refere-se a direito de atuar durante as três fases previstas no contrato de concessão e nos aditivos I e II assinado em 2020, sendo a fase I construção e implantação dos sistemas, fase II e III a operação do sistema metroviário de São Paulo, manutenção e expansão especificamente a Linha 6 Laranja do metrô, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 24 anos.

5.3 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos, ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável. Uma perda por deterioração é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, e representa o maior valor entre o valor justo e seus preços de venda em condições de uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há registros de *impairment*.

5.3.1 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas de pagar pela aquisição de bens e/ou serviços que foram contratados no curso normal dos negócios, sendo classificados entre os passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. São inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data de vencimento.

5.3.2 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

5.4 Provisões

As provisões são registradas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) e se o valor provisionado puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria para seus empregados, outras obrigações pós-emprego, ou remunerações baseadas em ações.

5.4.1 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda da pessoa jurídica do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, e a Contribuição Social sobre o lucro líquido utiliza a alíquota de 9% sobre a base tributável. Para fins de compensação de prejuízos fiscais e base negativa, a sociedade observa o limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido e/ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia, de acordo com o CPC 32 Impostos diferidos – Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

5.4.2 Demais passivos circulantes e não circulantes.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

5.5 Capital social.

As ações do capital social são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido apresentando os totais e segregando os totais de ações por classes.

6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- ✓ CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um lucro operacional recém- definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas pelo MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

- ✓ Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao CPC 48).

7 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1	3
Aplicações financeiras	48.328	327.999
Total	48.329	328.002

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata à taxa negociada que varia entre 65% e 95% da taxa CDI (no ano 2025 a taxa é de 14.33%) negociadas com instituições conhecidas e sólidas no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Contas a receber

Os valores registrados são referentes aos valores cobrados do Poder Concedente em função dos desvios Geotecnológicos encontrados durante a construção das estações - PUC Cardoso de Almeida, Freguesia do Ó, Joao Paulo e Higienópolis-Mackenzie.

Os valores foram reconhecidos após o recebimento da confirmação formal do Poder Concedente diante do parecer técnico da Certificadora sobre a implantação e a aprovação dos custos referentes à superveniência Geotecnológica ocorrida após análise desta Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões (CMCP).

Ao final do ano foi assinado junto ao Poder Concedente do TA-04 por um valor de 405 milhões para realizar as obras necessárias na expansão da Fase III. Também está recolhido o claim do risco Geotecnológico do Túnel Via Norte Tramo 18 que será cobrado em janeiro 2026.

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber - Poder Concedente	431.121	17.682
Total	431.121	17.682

9 Adiantamentos a fornecedores e depósito em garantia.

O registro do valor de adiantamento feito pela companhia, refere-se ao cumprimento da cláusula contratual firmada junto a fornecedores pela contratação de serviços de implantação de sistemas específicos para o funcionamento das novas estações do metrô, temos os valores da garantia contratual fixada em contrato para locação de imóvel.

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Adiantamentos a fornecedores	275	1.664
	275	1.664
Não Circulante		
Depósitos Caução	256	237
	256	237
Total	531	1.901

10 Impostos a recuperar

O registro dos créditos tributários feito pela companhia, referem-se aos valores de IRRF retido sobre os saldos das aplicações financeiras resgatados e outros impostos federais a restituir.

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF - Saldo de Negativo 2020 a 2025	14.044	18.973
Pis/Cofins a Compensar	127	108
Demais Tributos Federais a Compensar	141	51
Total	14.312	19.132

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Ativo financeiro de concessão

A concessionária adquiriu a concessão pública em outubro de 2020, por meio da cessão de direitos a concessão da Linha 6–Laranja de metrô de São Paulo, para a construção e a operação do trecho Brasilândia até São Joaquim de metrô. O projeto se encontra na fase I de construção e implantação da linha.

A administração da companhia avaliou o registro contábil do contrato de concessão como Ativo Financeiro pelas suas características. O edital do projeto possui a data base 2013, e por isso valores adicionados ao ativo financeiro são atualizados conforme índices contratuais pré-determinados e a composição dessas bases refletem na taxa de retorno que tem o índice percentual de 13,44% a.a. na posição findo em 31 de dezembro de 2025 e de 13,62 % em 31 de dezembro de 2024.

O quadro a seguir apresenta os valores dos investimentos registrados como ativo financeiro da concessão:

	31/12/2025	31/12/2024
Contrato de Cessão Move São Paulo	516.870	516.870
Contrato Cessão Entidades Financeiras Credenciadas	309.308	309.308
Contrato Cessão BNDES	283.213	283.213
Contrato de Cessão Move São Paulo	88.000	88.000
Contrato de Cessão Distrato EPC	118.404	118.404
Contratos de cessão da operação (a)	1.315.795	1.315.795
Atualização financeira (b)	4.812.927	3.354.720
Atualização financeira do Contrato (b)	4.812.927	3.354.720
Contrato de Construção - EPC	11.163.030	8.658.110
Contrato de Construção Material Rodante	818.272	472.701
Ativo Financeiro Máquinas e Equipamentos	71.902	8.891
Contrato da obra e aquisição de equipamentos(c)	12.053.204	9.139.703
Contratos de assessoria (d)	107.720	107.720
Outros gastos operacionais (f)	517.106	387.593
Aportes do poder concedente (e)	(5.930.865)	(4.424.543)
Total	12.875.887	9.880.987

- (a) Os registros referentes à compra da operação e assunção das dívidas existentes entre as empresas do Consórcio |Move São Paulo e os bancos envolvidos nos financiamentos.
- (b) O registro dos valores da atualização financeira do ativo financeiro de concessão adquirido, esses valores podem ser afetados de acordo com os avanços da obra e mudanças no cenário econômico.
- (c) Os registros dos valores que envolvem o avanço da etapa de construção e da produção e certificação da obra e demais aquisições de equipamentos, esses valores poder ser afetados nos períodos apresentados pelo ritmo de construção e montagem dos equipamentos e sistemas.
- (d) Os registros dos valores referem-se à contratação de assessorias para formulação dos acordos e para busca de opções de financiamento no Brasil e no exterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (e) Os registros dos valores referentes ao aporte do poder público referente à PPP - Parceria Público Privada, previstos no contrato de concessão, no qual o Estado contribui com o aporte de fluxo financeiros no projeto, com base nas métricas pré-definidas em critérios de medição e no avanço da obra.
- (f) Os valores registrados referem-se aos gastos operacionais da Concessionária, que estão sendo capitalizados durante a fase de obras e constitui uma parte do investimento ativo financeiro de concessão.

12 Impostos de renda e contribuição social diferidos

Na determinação dos impostos de renda e da contribuição social diferidos a Companhia apresenta créditos tributários decorrentes dessa fase do projeto e de prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas (CSLL).

A compensação dos prejuízos fiscais limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura, e estabelecem as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido reconhecido por prejuízos fiscais, enquanto os registros do passivo diferido estão relacionados às diferenças temporárias e à expectativa de realização futura.

O plano de negócio da Companhia prevê prejuízos fiscais na fase de construção e da implantação das estações e dos sistemas, estes serão compensados em exercícios posteriores, quando a Companhia começar a receber as receitas tarifárias pelo funcionamento das estações e demais receitas contratuais, com isso ela terá direito aos fluxos de caixas pela expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, advindos da operação dos transportes de passageiros, locação de espaços e publicidade.

Apuração da IRPJ e CSLL – Base permanente

	12/2025	12/2024
(=) RESULTADO LÍQUIDO	494.501	782.034
(+) Adições a base tributável	1.369.264	456.030
Custo de Construção OCPC05	1.364.939	452.669
Provisão de Aviso Prévio	1.113	503
Outras provisões	3.195	2.731
Gastos não dedutíveis	17	126
(-) Exclusões a base tributável	2.825.221	2.041.711
Receita de Construção OCPC05	1.364.939	452.669
Receita de Atualização do Ativo Financeiro	1.457.561	1.587.495
Reversão da provisão de Bonus do ano anterior	2.721	1.546
Prejuízo fiscal	(961.456)	(803.647)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controle de impostos diferidos – Ativo e Passivo

	12/2025	12/2024
Bases Permanentes		
Prejuízo fiscal acumulado	961.456	803.647
Ativo por Imposto Diferido (a)	326.895	273.240
Bases Temporárias		
Adições temporárias		
Custo de Construção OCPC05	1.364.939	452.669
Provisão de Aviso Prévio	1.113	503
Outras Provisões	3.195	2.731
Gastos não dedutíveis	(1.267)	126
Total	1.367.980	456.030
Exclusões Temporárias		
Receita de Construção OCPC05	1.364.939	452.669
Receita de Atualização do Ativo Financeiro	1.457.561	1.587.495
Reversão da provisão de Bonus do ano anterior	2.721	1.546
Total	2.825.221	2.041.711
	-	-
Base tributável	(1.457.242)	(1.585.681)
Pasivo por Imposto Diferido	(495.462)	(539.132)
Imposto diferido	168.567	265.892

Bases impositivas negativas

Exercício fiscal	Valor em miles R\$
2020	(27.669)
2021	(138.501)
2022	(410.903)
2023	(605.763)
2024	(803.647)
2025	(961.456)
Total	(2.947.940)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Debêntures, financiamentos e obrigações contratuais

13.1 Financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A Companhia obteve a liberação do financiamento de longo prazo do BNDES e o aporte no valor de R\$ 5.995.000 (cinco bilhões e novecentos e noventa e cinco milhões de reais) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Para este contrato são esperadas novas liberações que totalizará o valor de R\$ 6.900.000 (seis bilhões e novecentos milhões reais). Abaixo demonstramos as movimentações do financiamento junto ao BNDES segregados entre o curto e longo prazo:

Financiamento	Taxa contratada - IPCA + Spread	31/12/2024	Transf. CP	Liberação	Custo de captação	Custo garantias BNDES	(+) Juros	31/12/2025
Subcredito A	+ 3,39%	-	309.185	-	-	-	-	309.186
Subcredito B	+ 3,79%	-	142.822	-	-	-	-	142.822
Subcredito C	+ 3,39%	-	360.426	-	-	-	-	360.426
Subcredito D	+ 3,79%	-	3.290	-	-	-	-	3.290
Circulante		-	815.723	-	-	-	-	815.723
Financiamento	Taxa contratada - IPCA + Spread	31/12/2024	Transf. LP	Liberação	Custo de captação	Custo garantias BNDES	(+) Juros	31/12/2025
Subcredito A	+ 3,39%	1.863.281	(309.185)	230.598	(8.359)	(31.644)	273.353	2.018.044
Subcredito B	+ 3,79%	463.486	(142.822)	348.979	(2.079)	(7.871)	67.996	727.689
Subcredito C	+ 3,39%	3.502.616	(360.426)	412.501	(14.809)	(59.484)	513.852	3.994.250
Subcredito D	+ 3,79%	4.740	(3.290)	7.922	(21)	(80)	695	9.967
Não Circulante		5.834.123	(815.723)	1.000.000	(25.268)	(99.079)	855.896	6.749.949

Financiamento	Taxa contratada - IPCA + Spread	31/12/2023	Liberação	Custo de captação	Custo garantias BNDES	(+) Juros	31/12/2024
Subcredito A	+ 3,39	1.476.445	208.304	(4.594)	(25.692)	208.818	1.863.281
Subcredito B	+ 3,79	288.413	140.198	(897)	(5.019)	40.791	463.486
Subcredito C	+ 3,39	2.794.103	371.000	(8.695)	(48.621)	394.829	3.502.616
Subcredito D	+ 3,79	3.785	498	(12)	(66)	535	4.740
Não Circulante		4.562.746	720.000	(14.198)	(79.398)	644.973	5.834.123

13.2 Debêntures

A Companhia utiliza recursos provenientes de financiamentos, foi necessário recorrer a empréstimo pela emissão de debêntures para disponibilizar mais recursos ao projeto e financiar os gastos e obrigações necessários não cobertos pelo recurso BNDES. Durante o ano de 2025 foram pagas as debentures de financiamento ponte de capital de valor nominal de 950 Milhões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025

	<u>31/12/2024</u>	<u>Transf.</u>	<u>(-) Pagamento Principal</u>	<u>+ Juros incorridos</u>	<u>(-) Juros pagos</u>	<u>31/12/2025</u>
Curto prazo	27.514	930.688	(950.000)	193.876	(131.283)	70.795
Longo prazo	1.434.201	(930.688)	-	-	-	503.513
	1.461.715	-	(950.000)	193.876	(131.283)	574.308

Em 31 de dezembro de 2024

	<u>31/12/2023</u>	<u>Transf.</u>	<u>Custo de Captação</u>	<u>+ Juros incorridos</u>	<u>(-) Juros pagos</u>	<u>31/12/2024</u>
Curto prazo	27.457	-	-	131.340	(131.283)	27.514
Longo prazo	1.365.965	-	836	67.400	-	1.434.201
	1.393.422	-	836	198.740	(131.283)	1.461.715

Apresentamos os saldos das debêntures segregados por vencimento.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Debêntures	70.795	38.609
	70.795	38.609
Não circulante		
Debêntures	503.513	1.456.315
	503.513	1.456.315
Total	574.308	1.494.924

13.3 Obrigações contratuais

Todas as obrigações assumidas no contrato de compra de ativos e no contrato de cessão de direitos firmados junto à Move SP, que iniciaram em 2020, com pagamentos anuais, foram quitadas integralmente em 2025, as movimentações estão apresentadas abaixo:

Em 31 de dezembro de
2025

Obrigações contratuais	<u>31/12/2024</u>	<u>Transf.</u>	<u>Amortiz</u>	<u>(+) Juros apropriados</u>	<u>(-) Juros Pagos</u>	<u>31/12/2025</u>
Circulante						
Empréstimos - Consórcio Move	33.952	-	(33.952)	826	(826)	-
Empréstimos - Move	8.000	-	(8.000)	-	-	-
	41.952	-	(41.952)	826	(826)	-
Total	41.952	-	(41.952)	826	(826)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024

Obrigações contratuais	31/12/2023	Transf.	Amortiz	(+) Juros apropriad os	(-) Juros Pagos	31/12/20 24
Circulante						
Empréstimos - Consórcio Move	32.585	-	-	1.367	-	33.952
Empréstimos - Move	-	8.000	-	-	-	8.000
	32.585	8.000	-	1.367	-	41.952
Não Circulante						
Empréstimos - Consórcio Move	33.361		(29.596)	-	(3.765)	-
Empréstimos - Move	8.000	(8.000)	-	-	-	-
	41.361	(8.000)	(29.596)	-	(3.765)	-
						-
Total	73.946	-	(29.596)	1.367	(3.765)	41.952

Covenants sobre os empréstimos e debentures contratados

A Companhia celebrou alguns contratos de empréstimos e debentures que contêm cláusulas que regem questões de covenants.

Nos contratos firmados pela concessionária entre as principais cláusulas de covenants obrigam a companhia a observar itens como os descritos abaixo:

- ✓ Pagamentos de dividendos limitados aos mínimos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações.
- ✓ Conceder ou amortizar qualquer empréstimo, mútuo ou pagamentos de qualquer natureza a quaisquer afiliados.
- ✓ Obter autorização prévia dos credores senior para casos de redução de capital.
- ✓ Obter autorização prévia dos credores senior para alterações dos principais Contratos do Projeto: contrato de concessão, contrato de construção, contrato de fornecimento de material rolante, contrato de consultoria de operação, e todos os contratos com valores superiores a R\$ 50 Milhões

De acordo com as disposições do contrato de concessão 015/2023 e no TA02 – Termo aditivo 02, se estabelecem critérios mínimos, do Patrimônio Líquido da concessionária e de determinados instrumentos de dívida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está sujeita ao cumprimento de covenants financeiros que estabelecem limites máximos para o índice de Dívida Total sobre o Capital Próprio. O referido índice deve permanecer igual ou inferior a 0,80 durante a vigência dos contratos, sendo verificado anualmente por ocasião da auditoria das demonstrações financeiras.

O cálculo do índice de Dívida Total sobre o Capital Próprio é obtido pela razão entre a soma dos financiamentos, debêntures e obrigações contratuais de curto e longo prazos e o total do patrimônio líquido apurado na mesma data-base, conforme demonstrado a seguir:

Período	Dívida Total	Patrimônio Líquido	Índice Dívida
31/12/2025	8.139.980	3.864.907	0,4748
31/12/2024	7.337.790	2.257.690	0,3077

A Companhia não identificou nenhuma não conformidade para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

14 Partes relacionadas

A Acciona Construcción, SA faz parte da Acciona, S.A, multinacional de origem espanhola, que atua na promoção e gestão de infraestruturas em diversos países, atuando nas áreas de construção, água, indústria, serviços e energias renováveis, formada por várias empresas e considerada entre as maiores construtoras da Espanha, com sede em Madrid.

Durante a Fase I do projeto a concessionária contratou a construtora Acciona Construcción, SA como responsável de executar as obras. O contrato EPC – refere-se à construção dos túneis, dos terminais e das estações da linha do metrô além do fornecimento e instalação dos principais sistemas necessários para a operação da linha;

A concessionária adicionalmente celebrou o contrato com a Acciona Concesiones S.A, referente à contratação de vários profissionais nas áreas de Engenharia e Financeira.

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, na Companhia decorrem das transações descritas:

Partes Relacionadas	Fornecedores - Provisões		Fornecedores		Outros valores a pagar partes relacionadas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Acciona Construcción S.A (i)	574.094	120.208	10.349	7.976	48.321	48.321
Acciona Concesiones S.A (ii)	-	-	70	17	-	-
	574.094	120.208	10.419	7.993	48.321	48.321

Resultado	Custo serviços contratados EPC	
	31/12/2025	31/12/2024
Acciona Construcción S.A (i)	3.162.213	1.441.409
Acciona Concesiones S.A (ii)	5.329	3.725
	3.167.542	1.445.134

- (i) Acciona Construcción, construtora sucursal no Brasil. Os valores registrados nas contas de ativo e passivo referem-se a Fase I da construção do projeto referente à implantação dos terminais e das estações do metrô previstos no contrato da obra – EPC e os serviços contratados, que podem apresentar oscilação devido ao ritmo das obras.
- (ii) Acciona Concesiones, empresa espanhola responsável por projetos de concessão de infraestrutura em vários países. Os valores registrados nas contas de ativo e passivo referem-se às assessorias que atuaram nas áreas de engenharia, legal e financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

15 Patrimônio líquido

A Concessionária foi constituída em 22 de novembro de 2019 com a razão social de Linha Universidade Participações, com o capital social subscrito no valor de R\$ 1, representado por 1.000 ações de valor nominal e tendo como objeto social atuar como Holding de instituições não financeiras, sendo posteriormente alterada a denominação social para Concessionária Linha Universidade S.A. e o objeto social para atuar como prestador de serviços exclusivamente na linha de metrô de São Paulo e o capital social subscrito elevado para R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais) e acumulado o valor total de aportes dos acionistas de R\$ 138.450 (cento e trinta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil Reais) em 31 de dezembro de 2021.

Em reunião realizada em março de 2022 o Conselho de Administração da Companhia solicitou e os acionistas decidiram pelo aumento do capital subscrito em R\$ 875.000 (oitocentos e setenta e cinco milhões de Reais), dessa forma passando de R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais) para R\$ 1.395.000 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais), com a emissão de novas ações do tipo preferencial de classe B e o valor acumulado de aportes dos acionista de R\$ 698.450 (seiscentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) em 31 de dezembro de 2022.

Em reunião realizada em junho de 2024 o Conselho de Administração da Companhia solicitou e os acionistas decidiram pelo aumento do capital subscrito em R\$ 1.573.488 (um bilhão, quinhentos e setenta e três milhões, quatrocentos e oitante e oito mil reais), dessa forma passando dos atuais R\$ 1.395.000 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de reais), para R\$ 2.968.488 (dois bilhões, novecentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil reais), com a emissão de novas ações do tipo preferencial de classe C; D e E.

Em reunião realizada em 30 dezembro de 2025 a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas aprovou o aumento de capital social da Companhia, com a emissão de novas ações preferencias Classe F mediante a capitalização de recursos disponíveis na conta de reserva de lucros acumulados da Companhia. Na referida Assembleia aprovou-se a capitalização de lucros e reservas constantes do balanço patrimonial a 30 de novembro de 2025, nos termos do artigo 169 da Lei das S.A., com a emissão de 127.500.000 novas ações preferenciais classe F, ao preço de emissão global de R\$1.173.417.610,35 (ou R\$9,2032754 por ação), fixado com base no valor do patrimônio líquido das ações da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei das S.A., dos quais R\$1.000.000,00 são destinados à conta de capital social e R\$ 1.156.098.617,35 são destinados à conta de reserva de capital, sendo as ações bonificadas distribuídas aos acionistas proporcionalmente ao número de ações que possuem.

Posteriormente, a Administração decidiu afetar parte de reserva de capital constituída para destinar a reserva de capital, no montante de R\$ 16.318.993,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As integralizações de capital social efetuados pelos acionistas e os valores acumulados de aportes foram de R\$ 2.647.885 em 31 de dezembro de 2025, e de R\$ 1.365.602 no período findo em 31 de dezembro de 2024 conforme quadro demonstrativo abaixo:

Movimentação aportes acumulados de 2020 a 2024		
Ano - 2021		138.450
Ano - 2022		560.000
Ano - 2023		304.470
Ano - 2024		362.682
Total		1.365.602
Movimentação aportes acumulados de 2025		
Junho de 2025		100.000
Outubro de 2025		1.081.283
Dezembro de 2025		100.000
Total de 2025		1.281.283
Capitalização de Lucros Dezembro 2025	Total de 2025	1.000
Total de 2020 a 2025		2.647.885

Destacamos o capital dos acionistas participantes da sociedade e as suas respectivas participações, percentuais, tipo e classe de ações na posição findo 31 de dezembro de 2025:

Tipo -ON – Ações Ordinárias

Quadro societário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	113.950	113.950	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	105.046	105.046	-
STOA Metro Brazil	12,36%	32.754	32.754	-
Linha Universidade Investimentos	5,00%	13.250	13.250	-
Total	100,00%	265.000	265.000	-

Tipo -PN - Ações Preferencias Classe A

Quadro societário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	109.650	109.650	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	101.082	101.082	-
STOA Metro Brazil	12,36%	31.518	31.518	-
Linha Universidade Investimentos	5,00%	12.750	12.750	-
Total	100,00%	255.000	255.000	-

Tipo -PN - Ações Preferencias Classe B

Quadro societário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	1.505.000	376.250	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	175.000	346.850	-
STOA Metro Brazil	12,36%	1.387.400	108.150	-
Linha Universidade Investimentos	5,00%	432.600	43.750	-
Total	100,00%	3.500.000	875.000	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tipo -PN - Ações Preferencias Classe C

Quadro societário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
Acciona Construcción	89,58%	2.257.500	514.776	235.408
Linha Universidade Investimentos	10,42%	262.500	40.786	46.444
Total	100,00%	2.520.000	555.562	281.853

Tipo -PN - Ações Preferencias Classe D

Quadro societário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
Socgen Inversiones Financieras	100,00%	2.081.100	520.364	-
Total	100,00%	2.081.100	520.364	-

Tipo -PN - Ações Preferencias Classe E

Quadro societário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
STOA Metro Brazil	100,00%	648.900	175.959	39.750
Total	100,00%	648.900	175.959	39.750

Tipo -PN - Ações Preferencias Classe F

Quadro societário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Capitalização	Valor por Capitalizar
Acciona Construcción	43,00%	54.825.000	430	-
Linha Universidade Investimentos	5,00%	6.375.000	50	-
STOA Metro Brazil	12,36%	50.541.000	124	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	15.759.000	396	-
Total	100,00%	127.500.000	1.000	
Capital consolidado	89,17%	656.250.000	2.647.885	321.603

O quadro abaixo destaca os acionistas participantes da sociedade e as suas respectivas participações e percentuais, tipo e classe de ações, nas posições findo em 31 de dezembro de 2024:

Tipo -ON - Ações Ordinárias

Quadro acionário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	113.950	113.950	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	105.046	105.046	-
STOA Metro Brazil	12,36%	32.754	32.754	-
Linha Universidade Investimentos	5,00%	13.250	13.250	-
Total	100,00%	265.000	265.000	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tipo -PN - Ações Preferencias Classe A

Quadro acionário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	109.650	109.650	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	101.082	101.082	-
STOA Metro Brazil	12,36%	31.518	31.518	-
Linha Universidade Investimentos	5,00%	12.750	12.750	-
Total	100,00%	255.000	255.000	-

Tipo -PN - Ações Preferencias Classe B

Quadro acionário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	1505.000	329.737	46.513
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	1.387.400	336.208	10.642
STOA Metro Brazil	12,36%	432.600	37.873	70.277
Linha Universidade Investimentos	5,00%	175.000	19.271	24.479
Total	100,00%	875.000	723.089	151.911

Tipo -PN - Ações Preferencias Classe C

Quadro acionário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
Acciona Construcción	89,58%	2.257.500	-	750.184
Linha Universidade Investimentos	10,42%	262.500	-	87.231
Total	100,00%	2.520.000	-	837.414

Tipo -PN - Ações Preferencias Classe D

Quadro acionário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
Socgen Inversiones Financieras	100,00%	2.081.100	122.513	397.851
Total	100,00%	2.081.100	122.513	397.851

Tipo -PN - Ações Preferencias Classe E

Quadro acionário	Partic. (%)	Nº Ações subscritas	Valor Integralizado	Valor a integralizar
STOA Metro Brazil	100,00%	648.900	-	215.709
Total	100,00%	648.900	-	215.709
Capital consolidado	46,00%	528.750.000	1.365.602	1.602.886

Destinação do resultado: Existe a previsão contratual de destinação de parte dos lucros líquidos apurados no balanço anual conforme a seguinte regra:

- (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social;
- (ii) Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia em sua alteração, a importância para o pagamento do dividendo obrigatório que era de no mínimo 5% passou a ser de 0% do lucro líquido ajustado.
- (iii) Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

Acordo de acionistas: Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e os administradores obrigam-se a resolver eventuais controvérsias entre eles por meio de arbitragem

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

em Tribunal Arbitral a ser constituído na Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (“Câmara”).

16 Receitas e custos de construção

A Companhia registra na contabilidade as receitas em contrapartida do registro do ativo financeiro e os custos em contrapartida dos fornecedores contratados, resultante das operações da Fase I do contrato de concessão. O ativo financeiro está sendo atualizado pela expectativa de recebimento dos fluxos de caixas futuros quando começar a receber as receitas pelo funcionamento do metrô.

A Companhia encontra-se na Fase I do contrato de concessão e nessa fase não há previsão de recebimento das receitas tarifárias e demais receitas da exploração de espaços e de locação das estações.

As receitas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de Construção EPC (a)	2.871.261	2.401.938
Receita Atualização Ativo Financeiro	1.457.561	1.586.598
Receitas outros serviços geotecnologia (b)	681.224	398.356
Receitas outros gastos operacionais	129.514	114.426
Total das Receitas Líquidas	<u>5.139.560</u>	<u>4.501.318</u>

Os custos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo de Construção (a)	(2.871.261)	(2.401.938)
Custos de outros serviços geotecnologia (b)	(619.117)	(380.765)
Custos de Seguros (c)	(5.102)	-
Custos eventuais	-	(7.536)
Total custos dos serviços prestados	<u>(3.495.480)</u>	<u>(2.790.239)</u>

- (a) A variação ocorrida ao comparar os trimestres se refere a produção de obra que está em estágio mais avançado e acelerado acarretando maiores receitas e como consequências maiores custos.
- (b) Os valores registrados receitas referem-se aos valores a receber do PC Poder Concedente em decorrência dos eventos geotécnicos que geraram incremento ao orçamento da obra, enquanto os custos são valores adicionais a serem repassados a construtora com conta dos incrementos em obras.
- (c) O contrato de concessão prevê a necessidade de contratação de apólices de seguros para garantir a cobertura e mitigar os possíveis riscos associados a obras, riscos das operações e riscos de não cumprimento das obrigações contratuais. O seguro garantia previsto na cláusula 24-3 do contrato de concessão se destina exclusivamente ao ressarcimento de custos e despesas incorridas, o Poder concedente pode executá-la em face de eventuais inadimplências das obrigações por parte da concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Despesas operacionais

Os registros dos valores das despesas operacionais da companhia detalham conforme abertura abaixo, os serviços contratados partes relacionadas, serviços contratados de terceiros, despesas com pessoal, administrativas e outras. Nos detalhes de serviços partes relacionadas pelas contratações do grupo e os valores pagos são referentes aos profissionais advindos da Espanha para as áreas de Engenharia e Financeira, contratados através de acordo entre as partes envolvidas, Brasil e Espanha através do contrato “Services Agreement”, considerado na rubrica de partes relacionadas.

A Companhia possui em alguns de seus contratos firmados com fornecedores a possibilidade de reajustar valores por índices pré-definidos, e oscilações dependendo da fase da obra e das demandas contratadas. Por conta dessas condições, houve impacto nos gastos do exercício em serviços contratados referentes a assessorias a), serviços operadores do sistema do metrô b) e serviços de certificadora c) indicados na quadros abaixo.

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços Contratados - Partes Relacionadas	(22.735)	(17.594)
Total - Serviços contratados - partes relacionadas	(22.735)	(17.594)
Serviços operador sistema metro	(25.401)	(20.633)
Serviços Contratados Assessorias	(19.409)	(15.755)
Serviços de certificadora	(11.359)	(21.003)
Serviços de sustentabilidade	(4.479)	(3.677)
Outras	(3.597)	(1.646)
Total - Serviços contratados - terceiros	(64.245)	(62.714)
Pessoal	(33.267)	(22.362)
Tributárias	(9.446)	(5.769)
Administrativas	(2.467)	(1.883)
Depreciação e Amortização	(958)	(734)
Total - Administrativas, tributárias e com pessoal	(46.138)	(30.748)
Total despesas operacionais	(133.118)	(111.056)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento sobre aplicações financeiras (a)	32.496	25.494
Atualização financeira de tributos a Recuperar	1.907	2.382
Descontos obtidos	22	15
Total receitas financeiras	34.425	27.891
Juros sobre empréstimos - BNDES (b)	(855.896)	(644.971)
Juros sobre empréstimos - Debentures (b)	(193.877)	(198.740)
Juros sobre empréstimos - Cessão (b)	(826)	(1.772)
Demais despesas financeiras	(287)	(397)
Total despesas financeiras	(1.050.886)	(845.880)
Resultado Financeiro líquido	(1.016.461)	(817.989)

- (a) Resultado das operações com os recursos que permaneceram investidos em aplicações financeiras.
- (b) Operação com contrato de cessão e empréstimo ponte e o contrato de empréstimos BNDES de longo prazo.
- (c) As obrigações assumidas estão sujeitas a diferentes taxas de juros incidentes sobre cada operação e estão descritas na Nota (13).

19 Desapropriações

A Concessionária é responsável pelas comunicações e pelo acompanhamento dos processos de desapropriações de imóveis previstos Decreto Estadual nº 58.025 de maio de 2012.

- ✓ **Artigo 1º** - A lista dos imóveis alcançados pela desapropriação, descritos nos autos do processo STM-107/2012, necessários para a implantação da Linha 6 – Laranja da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.
- ✓ **Artigo 2º** - Fica a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ autorizada a invocar o caráter de urgência nos processos judiciais de desapropriação.
- ✓ **Artigo 3º** - As despesas com a execução do presente decreto correrão a cargo da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Dessa forma os valores das indenizações são de responsabilidade do Poder Concedente que possui conta bancária específica na qual são aportados os valores de indenização aos donos dos imóveis, A Concessionária não controla esta conta e tem acesso somente para fins de consulta.

A cláusula 37ª do contrato de concessão prevê ainda que se a Concessionária, verificar a necessidade de utilização de áreas não contempladas pelo Decreto Estadual e que sejam necessárias à implantação do futuro Terminal de ônibus da Vila Cardoso, bem como à implantação integral da Linha 6, deverá a CONCESSIONARIA apresentar ao Poder Concedente os documentos previstos para imóveis que devam ser desapropriados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia por meio dos seus assessores jurídicos identificou processos em nome da Move São Paulo, referentes à desapropriação de imóveis, apresentando histórico de mudança de nome da Move para Linha Uni, porém o contrato de concessão em conjunto com o Decreto Estadual 58.025/2012 prevê as responsabilidades financeiras e o alcance dos processos de desapropriação dos imóveis e a responsabilização do Poder Concedente.

Adicionalmente, existem ações referentes a processos de IPTU dos imóveis desapropriados, para as quais não é esperado desembolso financeiro pela Companhia, portanto, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não há saldos provisionados ou divulgados relacionados às contingências envolvendo a Companhia.

20 Cobertura de apólices de seguros, fianças e garantias contratadas (não auditado)

A Companhia contrata coberturas de seguros, cartas de fiança e garantias para mitigar possíveis riscos para os quais possa estar exposta.

O contrato de concessão prevê a contratação de seguros para garantir riscos financeiros do Poder Concedente, e contratou a apólice nº 50014798 para mitigar os riscos. Através da apólice nº 2500446 a Companhia contrata coberturas para mitigar riscos associados ao escritório prédio e ao conteúdo. Enquanto o contrato de empréstimo de longo prazo do BNDES prevê a contratação de cartas de fianças e garantias juntos a instituições financeiras.

Companhia contratada	Garantia Contrato de Cessão	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A. 50% - Pottencial Seguradoras S.A - 50%	Nº 061902025881107750076847	Riscos Financeiros	918,511	18/12/2025 a 06/10/2027
Total Cobertura			918.5144	

Abaixo apresentamos o sumário da apólice de seguros administrativo.

Companhia contratada	Contrato de Seguro administrativo	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A.	Nº 2500446	Compreensivo Empresarial	7.300	15/12/2025 a 15/12/2026
Total Cobertura			7.300	

Enquanto o contrato de empréstimo de longo prazo do BNDES prevê a contratação de cartas de fianças e garantias junto à instituições financeiras, que possui pagamentos trimestrais e os custos são proporcionais a importância utilizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia contratada	Garantia Empréstimos / Tipos de Seguros	Prazo de vigência	Valor nominal Cartas de Garantias	Valor de referência do limite de garantia	Importância utilizada
Banco ABC do Brasil	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	150.000	150.000	168.587
Banco BNP Paribas Brasil	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	400.000	400.000	449.566
Banco Bradesco	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	100.000	100.000	112.391
Banco Credit Agricole Brasil, S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	426.000	426.000	478.788
Corporacion Andina de Fomento	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	200.000	136.734	153.677
Instituto de Crédito Oficial, E.P.E.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	600.000	410.201	461.031
Banco J.P. Morgan, S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	283.000	283.000	318.068
INTESA SanPaolo, S.P.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	443.246	303.033	340.583
Banco Santander (Brasil), S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	500.000	500.000	561.957
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	443.246	303.033	340.583
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro, S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	300.000	300.000	337.174
Total Cobertura			3.845.492	3.312.001	3.722.405

(-x-)

Diretor Geral
Jaime José Juraszek Junior

Diretor Financeiro
Juan Antonio Santos de Paz

Contador.
Rogério Rodrigues Ferreira.
CRCSP - 1SP242561/o-6